



## **BILHETINHO ESPECIAL – “É NOTÍCIA”**

**No. 01- 2013**

### **A CERTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES DE INTEGRAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dois eventos importantes em prol da garantia e da defesa dos direitos dos adolescentes e jovens mobilizaram, no dia 21 de maio, as entidades que compõem o Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no SUAS (Sistema Único da Assistência Social), entre elas a Febraeda (Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes). Ambos aconteceram em Brasília.

O primeiro deles foi a manifestação pública na Esplanada dos Ministérios, bloco F, em frente ao Ministério do Desenvolvimento Social. Mais de 600 pessoas, entre técnicos, educadores e dirigentes das entidades de atendimento, adolescentes e familiares, deputados e autoridades, deram um “abraço simbólico” no MDS.



***Cidadania e protagonismo. Juventude em ação!***

A iniciativa teve o objetivo de sensibilizar a ministra Tereza Campello acerca do reconhecimento da socioaprendizagem no âmbito da assistência social. Com isso, as entidades querem evitar que milhares de adolescentes e suas famílias sejam prejudicados pelo não reconhecimento das ações desenvolvidas por instituições sociais em todo o Brasil, e que visam a proteção social integral ao jovem.

Durante o abraço no prédio do MDS, todos cantaram emocionados o Hino Nacional e depois seguiram em caminhada até a Câmara dos Deputados, em um movimento pacífico e solidário, contando com a alegria própria dos adolescentes e jovens, em pleno exercício de cidadania e protagonismo.

Em seguida, aconteceu uma Audiência Pública no anexo 2 da Câmara dos Deputados, no plenário 4, da qual participaram por volta de 150 pessoas. Os manifestantes puderam assistir as apresentações e debates sobre a Certificação das Entidades de Socioaprendizagem no Âmbito da Assistência Social. Cerca de outras 800 pessoas, em sua maioria adolescentes e jovens, acompanharam os debates por meio de um telão em outro espaço na Câmara.

A organização da audiência foi uma iniciativa da Frente Parlamentar de Apoio às Entidades de Integração ao Mercado de Trabalho e da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, com participação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Comissão de Educação e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Apresentaram trabalhos e participaram da mesa alternadamente Ana Lúcia de Alencastro Gonçalves; coordenadora geral de Preparação e Intermediação de Mão de Obra do Ministério do Trabalho e Emprego; Rosângela Wolff de Quadros Moro, procuradora das APAEs do Estado do Paraná, representando o governador Flávio Arns; Sílvio José Marola, presidente da Febraeda; José Eduardo Sabo Paes, procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT); Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); Maria Cecília Ziliotto, assistente social, técnica na área de Planejamento e Política Social e membro por duas vezes no Conselho Nacional de Assistência Social; Clodoaldo de Lima Leite, diretor vice-presidente da Rede Brasileira do 3º Setor (Rebrates); Wagner Nogueira da Silva, advogado do Terceiro Setor, membro da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/GO e membro do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no SUAS; e Denise Ratmann Arruda Colin, secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



*Ao lado, na mesa de abertura, o Presidente da FEBRAEDA, Sílvio José Marola, fala à plenária em defesa das entidades.*



*A mesa de encerramento contou com a participação da Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin.*

Os deputados que coordenaram a mesa, alternadamente, representando as comissões envolvidas, foram João Dado, Roberto Santiago, Aline Corrêa, João Magalhães, Laércio Oliveira e Raimundo Gomes de Matos. Os deputados que também participaram dos debates junto à plenária em defesa das entidades de socioaprendizagem foram Izalci, Eduardo Barbosa, Erika Kokay e Mara Gabrilli.

Mãe de um aprendiz da cidade de Piracicaba, a senhora Márcia Bortoleto fez um pronunciamento que emocionou a plenária, elogiando a ação do Instituto Formar de Piracicaba, que acolheu seu filho em um momento difícil e, efetivamente, contribuiu para sua boa formação como cidadão. Ao final da audiência, a secretária nacional de Assistência Social sinalizou que aquela secretaria e o MDS estão refletindo sobre uma medida legislativa para o caso sinalizado pelas entidades e que será necessária uma conversa com os demais ministérios envolvidos, do Trabalho e da Educação.



*Márcia Bortoleto, em depoimento na audiência, pedindo a compreensão da Secretária Nacional de Assistência para a socioaprendizagem e o atendimento socioassistencial realizado pelas entidades.*

Por sugestão dos deputados presentes, a SNAS avaliará a possibilidade de realizar um seminário sobre o tema e, se possível, convidará também o Ministério da Fazenda para debater sobre a questão das isenções e imunidades das entidades do segmento.

Enquanto essas questões estão em consideração, e visto que todas levarão algum tempo, os deputados João Dado e Erika Kokay lembraram a secretária nacional que as entidades precisam de uma solução urgente para acabar com a situação de insegurança que se instalou nos últimos anos e que está prejudicando o atendimento nas comunidades. “As entidades não têm mais seis meses para esperar uma resposta do MDS”, argumentou a deputada Erika Kokay.

É preciso destacar a liderança do deputado João Dado em todos os momentos, da preparação à realização e condução dos trabalhos. O trabalho do parlamentar foi de extrema importância para o sucesso do movimento.

Segundo o organizador da Audiência Pública, deputado federal João Dado, a Constituição Federal aponta como um dos objetivos da assistência social a “promoção da integração ao mercado de trabalho”. Ele afirma que esse objetivo, que, junto a outras providências e fatores, concorre para a superação da situação de pobreza e a promoção social, não foi tipificado nos serviços nacionais socioassistenciais pela Resolução CNAS nº 109/2009 e não recebeu o completo detalhamento na Resolução CNAS nº 33/2011.

“A política pública de assistência social entende que a proteção social deva garantir, entre outras, a segurança de sobrevivência, de rendimento e autonomia, mas não define todos os mecanismos para essa garantia, que entendemos, não se limita à concessão de benefícios de

prestação continuada/transferência de renda e estende a ação à necessidade de informação, reflexão, formação, inserção, acompanhamento e monitoramento da trajetória de vida do usuário em programas e projetos direcionados à promoção da pessoa para a sua efetiva integração ao mercado de trabalho”, frisou Dado.

O deputado lembra que “a ausência de definições e conceitos no que diz respeito aos mecanismos relacionados à segurança social tem trazido diferentes interpretações e, portanto, crescente situação de insegurança às entidades que historicamente atuam nesse segmento e que sempre colaboraram com as políticas públicas no atendimento aos usuários da assistência social, desenvolvendo ações de enfrentamento da pobreza, de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e de protagonismo por meio de programas de integração ao mercado de trabalho”.

As entidades comprometidas com o Movimento Nacional se reunirão nos próximos dias em Brasília para planejar as novas ações a partir dessa audiência e para acompanhar a minuta de Medida Provisória que já se encontra na “Casa Civil” para análise e que tem o intuito de “proteger” as ações das entidades nesse período de transição.



*Membros do Movimento Nacional e da FEBRAEDA em reunião no Gabinete do Deputado Federal João Dado.*

### **BOLETIM / BILHETINHO INFORMATIVO**

**Rua Elba n. 982 – Moinho Velho – Ipiranga – São Paulo – SP – CEP: 04285-001  
Fone: (11) 2068-6214**

***e-mail: [febraeda@febraeda.org.br](mailto:febraeda@febraeda.org.br)***

***site: [www.febraeda.org.br](http://www.febraeda.org.br)***